

Um alerta: medidas de austeridade poderão provocar nova crise.

13 MAR 1984

JORNAL DA TARDE

Por Alan Riding, do New York Times.

Quando o novo governo mexicano diminuiu consideravelmente os gastos públicos e reduziu os salários reais no ano passado, conquistou elogios dos banqueiros ocidentais interessados em acreditar que a austeridade seria a resposta à crise da dívida latino-americana.

Atualmente, esta confiança ficou abalada. As medidas de austeridade exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelos grandes bancos dos Estados Unidos e da Europa ajudaram a empurrar tanto o México como o Brasil para recessões que estão erodindo suas capacidades de cumprir futuras obrigações relativas às dívidas. E os governos recentemente eleitos na Argentina e na Venezuela parecem estar resolvidos a não pagar um preço semelhante para acalmar os seus credores.

Por causa de tudo isto, uma nova crise da dívida latino-americana está-se preparando, provavelmente mais perigosa, certamente mais política do que as crises do passado recente. Desta vez, a questão é saber se os quatro principais países devedores da América Latina podem conseguir uma recuperação econômica e uma estabilidade política enquanto continuam fazendo enormes pagamentos de juros referentes às suas dívidas externas.

No ano passado o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela conseguiram que os bancos adiassem indefinidamente o pagamento da parte principal de suas dívidas a vencer. No total, os quatro países devem 260 bilhões de dólares. Agora, eles estão argumentando com mais insistência ainda que continuando a efetuar os seus pagamentos de juros — que totalizaram mais de 20 bilhões de dólares no ano passado — eles estão sendo forçados a destruir suas economias e a assumir os riscos de grandes reviravoltas políticas, que, por sua vez, eventualmente poderão acabar for-

cando-os a se declararem incapacitados do pagamento.

“Estamos vivendo uma charada bizarra e perigosa”, declarou um banqueiro norte-americano da região. “Estamos tentando fazer de conta que tudo está na mais perfeita ordem com o pagamento das dívidas, que estamos começando a enxergar o fim do túnel, e estamos perdendo um tempo muito precioso.”

Ninguém sabe quando a nova crise poderá irromper, destruindo a complacência que foi montada em relação à questão da dívida — ou qual será o formato exato que será assumido pela dívida. Mas as linhas estão sendo traçadas. Os países devedores insistem que precisam de novos empréstimos adicionais e de termos mais fáceis de pagamentos, com os pagamentos dos juros sendo suspensos ou fortemente reduzidos.

Por outro lado, os credores — tanto os bancos como os governos dos principais países industriais — acreditam que já fizeram o suficiente pelos seus devedores latino-americanos no ano passado, ao concordarem em adiar os pagamentos dos principais a vencer na dívida externa e fornecendo alguns novos empréstimos. Eles insistem que não podem alterar os termos referentes aos juros da dívida externa sem assumirem enormes prejuízos. Este argumento causa pouca simpatia publicamente expressa no Brasil, o principal país devedor do mundo, com 93 bilhões de dólares. Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas, afirma o seguinte: “O mercado bancário internacional, que no passado tanto se beneficiou com os empréstimos concedidos ao Brasil, desta vez terá de se preparar para aceitar os prejuízos”.

Alguns banqueiros estão apostando que a Argentina, com uma dívida externa de 44 bilhões de dólares, irá fornecer o primeiro teste para uma nova determinação latino-americana em reduzir os paga-



Nogueira Batista Jr.



Raúl Alfonsín

mentos dos juros. E este teste poderá ocorrer ainda este mês. A Argentina estará com um atraso superior a 90 dias nos pagamentos de juros no valor de aproximadamente três bilhões de dólares, quando o primeiro trimestre deste ano chegar ao seu final, no próximo dia 31 de março. Se não se chegar a um acordo para o pagamento destas posições em atraso, pelo menos em parte, nesta mesma data, os regulamentos bancários dos Estados Unidos irão forçar alguns dos principais bancos do país a considerar oficialmente as dívidas em questão como “empréstimos sem performance”. Isto reduziria os lucros bancários do primeiro trimestre em vários milhões de dólares e, sem dúvida alguma, deverá deflagrar uma grande nova gritaria a respeito da incapacidade de pagamentos.

Mas, na América Latina, o medo da incapacidade de pagamentos e da ira dos bancos está perdendo terreno em relação a outras preocupações. A mudança foi descrita num recente relatório da comissão que investiga a dívida latino-americana para a The America's Society, uma organização sediada em Nova York, formada por empresas norteamericanas com operações na América do Sul. “Em praticamente

nômica e agrava as tensões sociais, como também ameaça seriamente a estabilidade política.

Na América Latina a crise financeira e as maneiras de aliviá-la estão sendo vistas cada vez mais através de um prisma político. Os banqueiros centrais da região continuam mais interessados numa boa cotação de crédito em Nova York, mas sua influência está diminuindo rapidamente em muitas das capitais. Isto é particularmente válido no caso da Argentina, onde o governo civil eleito pelo voto direto herdou uma economia em frangalhos de um regime militar altamente impopular, e está agora determinado a consolidar a nova democracia do país reavivando o seu crescimento econômico, mesmo não contando com a aprovação dos banqueiros estrangeiros para fazer isto.

Raúl Alfonsín resistiu às medidas de austeridade exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e isto significou que ele não se pôde utilizar de um crédito standby do FMI, que o ajudaria a saldar suas obrigações de juros. Caso a moratória sobre os pagamentos continue, os argentinos estarão com um atraso de pagamentos no valor de aproximadamente seis bilhões de dólares até o final do ano.

Até recentemente, a pressão dos países credores foi diminuída porque os choques das dívidas ocorreram em estágios. Além disto, em cada um dos casos — primeiro no México, depois no Brasil, e, mais recentemente, na Argentina e na Venezuela — foi possível identificar motivos específicos e corrigíveis para os seus problemas. O México, por exemplo, tinha contraído empréstimos enormes para manter uma moeda excessivamente valorizada e um elevado índice de crescimento. No Brasil, a responsabilidade foi dada a enormes projetos industriais, hidroelétricos e de mineração que exigiram bilhões de dólares em empréstimos para construções, mas que levaram tempo de

mais para começar a produzir lucros que possam pagar as dívidas.

Como resultado disto tudo, os credores destes países, apoiados pelo FMI e, menos visivelmente, pela administração Reagan, puderam concentrar-se em severas soluções domésticas que tornassem possíveis os pagamentos das dívidas, uma solução — resumindo — que caía inteiramente sobre os ombros dos devedores. Agora eles estão protestando, achando que o farão deveria ser compartilhado mais igualmente com os credores — os bancos e os governos do mundo industrial. A argumentação é que a crise da dívida se origina também de suas atividades, especificamente das taxas de juros acentuadamente mais elevadas, do enfraquecimento dos preços dos commodities, do crescente protecionismo no mundo industrializado que impede a entrada de produtos latino-americanos e dos altos-e-baixos verificados no mercado mundial do petróleo.

“Não importa o quanto nós possamos nos contorcer, nem até que ponto a população irá aguentar a fome; de qualquer forma, não seremos capazes de produzir muitos dólares para ajudarmos aos bancos”, escreveu Celso Furtado.

O Brasil é acusado pelo Fundo Monetário Internacional e pelos bancos credores de não ter implantado as medidas de austeridade com as quais concordou como uma forma de manter em dia os seus pagamentos de juros, que totalizaram 9,7 bilhões de dólares no ano passado e que deverão atingir o nível de 11 bilhões de dólares em 1984. No entanto, com o País entrando no seu quarto ano de recessão e tendo registrado uma inflação sem precedentes de 211% e uma queda de 4% no Produto Nacional Bruto em 1983, economistas de todas as doutrinas políticas argumentam que doses maiores de austeridade simplesmente não poderão funcionar.